



Lei da transparência fiscal para as multinacionais avança na UE

Sigríd Melchior, Paulo Pena e Harald Schumann, Investigate Europe

A presidência portuguesa da UE vai levar a votos a lei da transparência fiscal para as grandes empresas, que há quatro anos está num limbo

Quando o ministro da Economia alemão, Peter Altmaier, se encontrar a seguir com os seus colegas dos outros 26 Estados da União Europeia (UE), será difícil que não mostre os sinais de uma derrota pessoal e embaraçosa. Na reunião do Conselho de Ministros marcada para 25 de Fevereiro, a maioria dos governos da UE quer aprovar uma lei que Altmaier e os seus antecessores têm vindo a tentar impedir por todos os meios: uma reforma do direito das sociedades que obrigue as empresas transnacionais a “divulgar informações sobre os seus impostos”.

Uma reunião em Janeiro dos funcionários públicos do Grupo de Trabalho do Conselho sobre Direito das Sociedades revelou que existe agora uma maioria segura a favor da reforma. Como resultado, o Governo português, que detém actualmente a presidência do Conselho, pôs a directiva, que é conhecida no jargão da UE como “informação pública país por país” (CBCR, no acrónimo inglês), na agenda para uma votação. Isto foi confirmado por diplomatas e funcionários de várias representações da UE em Bruxelas à equipa de jornalistas Investigate Europe.

O Governo português confirmou oficialmente essa informação: “Devido à importância da proposta de directiva CBCR, a presidência portuguesa leva agora o tema aos ministros Compet – Mercado Interno e Indústria, que se reunirão por videoconferência no próximo dia 25 de Fevereiro. Nessa reunião a presidência portuguesa espera receber da parte dos ministros uma orientação política clara quanto ao seguimento a dar a essa proposta no Conselho. O objectivo da presidência portuguesa mantém-se o de chegar a acordo sobre a posição do Conselho relativamente à proposta CBCR.”

Isto põe fim a quase cinco anos de disputas sobre um passo importante na luta contra a evasão fiscal das empresas multinacionais. Estas são empresas que transferem grande parte dos seus lucros para empresas “caixas de correio” em países com taxas de impostos mais baixas, tais como os Países Baixos e a Irlanda,



Só o grupo Google evitou a tributação dos lucros na UE na ordem de quase 20 mil milhões de euros/ano

facilitando a sua evasão fiscal.

Só o grupo Google evitou, desta forma, a tributação dos lucros na UE na ordem dos quase 20 mil milhões de euros por ano. A Comissão Europeia estima as perdas para os cofres do Estado dos outros países da UE em até 70 mil milhões de euros anuais.

No entanto, a evasão fiscal é perfeitamente legal na maioria dos casos, porque os Estados fazem concorrência fiscal uns aos outros ao competirem por investimentos. A obrigação legal de tornar pública a informação fiscal destas grandes empresas (como o Facebook, a Amazon ou a Microsoft, por exemplo), país por país, destina-se a gerar pressão pública, porque revelará como os lucros são transferidos para empresas de fachada com pouca ou nenhuma produção, em Estados com baixa tributação. Ajudará também, defende a Comissão, a “investigar o comportamento fiscal das empresas multinacionais” e “encorajá-las a pagar impostos onde obtêm lucros”. Não foi surpresa que uma reforma como esta tenha recebido uma ampla maioria no Parlamento da UE em Junho de 2017.

Mas sob pressão do lobby empresarial alemão, da Federação das Indústrias Alemãs e da Fundação das Empresas Familiares, o Governo alemão tem vindo a bloquear o projecto há anos. O relatório público país por país “colocaria as empresas alemãs

em desvantagem na concorrência internacional”, afirmou o ministro Altmaier.

No Conselho da UE, a segunda câmara legislativa da UE, o Governo alemão forjou uma aliança com 12 outros Estados-membros, que funcionaram como minoria de bloqueio e impediram a necessária maioria qualificada de 55% dos Estados.

Que governos eram esses? A resposta a essa pergunta foi impossível,

“**[Relatório público país por país] colocaria as empresas alemãs em desvantagem na concorrência internacional**

Peter Altmaier
Ministro da Economia da Alemanha



durante muito tempo, devido ao secretismo que rodeia os procedimentos no Conselho. Só no Outono de 2019 se soube que estes incluíam (como esperado) não só os países com impostos mais baixos, como Chipre, Malta, Áustria, Eslovénia, Estónia, Luxemburgo, Irlanda e Holanda, mas também (o que é mais surpreendente) os governos sociais-democratas de Portugal e da Suécia, que tinham prometido aos seus eleitores que iriam tomar medidas contra a evasão fiscal das empresas.

Depois de isto ter sido noticiado pelos trabalhos de Investigate Europe, o ministro português da Economia, Siza Vieira, protagonizou, numa reunião do Conselho, uma mudança de posição, indicando que iria voltar a favor da directiva. O mesmo aconteceu na Áustria. Em Dezembro de 2019, o Parlamento austríaco obrigou o Governo a votar a favor da proposta da Comissão Europeia no Conselho da UE, em qualquer votação futura.

Desde então, há mais de um ano, houve de facto uma maioria suficiente para aprovar a lei. E, mesmo dentro do Governo alemão, o vice-chanceler e ministro das Finanças, Olaf Scholz (SPD), pronunciou-se explicitamente a favor da lei, quando o seu partido a exigiu. Mas isto não causou grande impressão no parceiro da coligação, os democratas-cristãos (CDU) e no

seu ministro da Economia, Altmaier. Os governantes da CDU opuseram-se e aproveitaram o facto de a Alemanha exercer a presidência das reuniões do Conselho no segundo semestre de 2020. Com a aquiescência dos seus parceiros da coligação social-democrata, recusaram-se a pôr a lei na ordem do dia dos órgãos competentes do Conselho, evitando assim a votação. “Uma vergonha”, é a opinião da deputada alemã dos Verdes e perita em finanças Lisa Paus. Afinal, a presidência do Conselho deveria ser neutra e, havendo uma maioria de países a favor, a lei deveria ter sido votada. Mas não foi...

Aquilo a que Paus chama “jogo sujo” dos alemães torna-se ainda mais evidente com a iniciativa portuguesa para a votação no próximo dia 25 de Fevereiro. O representante do Ministério da Economia austríaco, liderado pelo conservador Volkspartei (ÖVP), fez uma última tentativa de sabotar o projecto na reunião de 22 de Janeiro do Grupo de Trabalho do Conselho sobre Direito das Sociedades. Como o demonstram as actas de um diplomata, obtidas por Investigate Europe, após quatro anos de negociações, o representante austríaco alegou reservas legais e “pediu um parecer ao serviço jurídico”.

Mas isto rapidamente se tornou conhecido em Viena e foi recebido com críticas duras, especialmente porque a Áustria é também o país da relatora responsável no Parlamento da UE, a deputada social-democrata Evelyn Regner. Quando Regner exigiu publicamente o cumprimento da resolução parlamentar austríaca, o Governo em Viena assegurou por escrito à presidência portuguesa o seu acordo. “A maioria mantém-se”, garante um dos embaixadores da UE envolvidos. Se os votos confirmarem esta previsão, poderá ter chegado ao fim o bloqueio de quatro anos a uma lei, feito por hábeis opositores, experientes jogadores no xadrez invisível do Conselho.

Este artigo faz parte do projecto Segredos do Conselho de Investigate Europe, uma equipa de jornalistas de dez países europeus, e foi apoiado em Portugal por uma bolsa de apoio ao jornalismo de investigação da Fundação Calouste Gulbenkian. No Conselho da UE, funcionários dos governos nacionais negociam leis protegidos por um véu de sigilo diplomático e muitas vezes agem de forma diferente do que declaram publicamente.

THOMAS PETER/REUTERS



Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Segunda-feira, 8 de Fevereiro de 2021 • Ano XXXI • n.º 11.245 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,30€



P **Público**

Parlamento
Joacine Katar
Moreira, um
ano depois
de cortar
com o Livre
Política, 11



Cultura
**Plantações destroem sítios
arqueológicos em Vila
Velha do Ródão**
Local, 18/19

Eleições na Catalunha
**A política catalã está
transformada num emaranhado
de linhas vermelhas**
Mundo, 20

Economia cai 7,7% em Janeiro, menos do que no primeiro confinamento

O bom desempenho do sector da construção foi uma das poucas surpresas positivas num ano de crise

O indicador diário de actividade económica – um novo barómetro lançado pelo Banco de Portugal para detectar de forma rápida variações

na evolução da economia – registou, desde o dia em que as escolas foram fechadas até ao final de Janeiro, uma variação homóloga média de -7,7%.

Em Dezembro foi -1,2. A manutenção deste ritmo durante as próximas semanas pode indiciar que a economia portuguesa se arrisca a registar

uma contracção no primeiro trimestre de 2021. Já quando se olha para o que aconteceu no início da crise da covid-19, no período do primeiro

confinamento, a variação homóloga foi, em Abril, de -18,1% em média, mais do dobro da queda actual *Economia, 24/25*

Pandemia Só com 2000 casos por dia é possível aliviar medidas

Os novos casos estão a descer, mas ainda é cedo para falar em sair de casa, segundo especialistas ouvidos pelo PÚBLICO *Sociedade, 14/15*

Opinião Arranjos florais e obsessão ideológica

Luis Raposo escreve sobre os símbolos das ex-colónias em Belém. *Cultura, 30*



Multinacionais Legislação da transparência fiscal avança na União Europeia

A presidência portuguesa leva a votos a lei da transparência fiscal para as grandes empresas, há quatro anos num limbo *Economia, 26*



Escolas Aulas retomadas hoje com alunos em casa

Destaque, 2/3

PAULO PIMENTA

Vacinas covid-19 AstraZeneca menos eficaz para a variante da África do Sul

Estudo mais recente dá a vacina como menos eficaz a prevenir casos leves, mas parece funcionar em casos graves *Sociedade, 21*

CDS Adolfo Mesquita Nunes desiste de forçar congresso

Política, 10

Futebol FC Porto deixa-se empatar frente ao Braga

O Porto desperdiçou uma vantagem de dois golos ao ceder um empate a dois golos, já nos descontos, no terreno do Sp. Braga *Desporto, 35*